



Economia Angolana

Um Ano (Eleitoral) Desafiante pela Frente

Research

Dezembro 2021

A actividade económica deverá acelerar em 2022

A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2022 pressupõe que a actividade económica acelere depois de uma ligeira recuperação de 0,2% esperada este ano. Em particular, estima-se que o PIB real cresça 2,4% graças a uma contribuição positiva do sector petrolífero (1,6%) e do não-petrolífero (3,1%). Na nossa opinião, esta previsão pode ser optimista considerando os riscos ainda presentes relacionados com a Covid-19 e, ao mesmo tempo, está dependente da velocidade da vacinação no país. A este respeito, o governo pretende vacinar 95% da população até ao final de 2022 (face aos actuais 20%). A proposta do OGE pressupõe que a produção de petróleo melhore ligeiramente para 1,148 milhões bpd e o preço médio atinga US\$ 59 (contra US\$ 67,5 este ano), o que o governo admite ser uma estimativa conservadora.

Economia

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu

O governo estima alcançar um superávit orçamental muito modesto

A proposta do OGE 2022 é de 18.745 mil milhões de AKZ, 26,8% acima do OGE 2021 e 11,2% acima do esperado para este ano. A proposta pressupõe que o governo alcance um superávit muito modesto de 1,5 mil milhões de AKZ (equivalente a 0,0% do PIB) após um superávit de 3,0% esperado para este ano e um déficit de -2,3% previsto no OGE 2021. O governo também prevê um superávit primário (que exclui o serviço da dívida) de 5,5% do PIB, abaixo do superávit de 7,7% estimado este ano.

Mais receitas do sector não-petrolífero e gastos relacionados com a pandemia

As projecções de maior receita (11,1%) reflectem uma melhoria tanto nas receitas fiscais quanto não-fiscais. Em particular, espera-se que as receitas fiscais aumentem 7,6% graças a uma maior contribuição do sector não-petrolífero (17,3%), uma vez que os impostos do sector petrolífero vêm um aumento mais modesto de 1,2%. Por outro lado, espera-se que as despesas subam 29,4% devido ao aumento acentuado dos gastos em bens e serviços, pagamentos de juros e transferências. Estes estão maioritariamente relacionados com o impacto da pandemia na economia angolana, incluindo a necessidade de manter o apoio às famílias, empresas e sector informal.

Quase metade dos gastos públicos alocados ao pagamento do serviço da dívida

O governo espera financiar o OGE recorrendo, mais uma vez, relativamente mais às receitas públicas, principalmente impostos (57,2% da receita total), em vez de recorrer a dívida. O montante projectado de financiamento através de dívida ainda está previsto aumentar (11,3%) e representar 36,7% do total de recursos, uma vez que o impacto do financiamento mais elevado no mercado interno supera o impacto do menor financiamento externo. Em termos de gastos, de realçar que quase metade dos gastos públicos deverão ser destinados ao pagamento do serviço da dívida.

Meta de reduzir a dívida pública para 60% do PIB no longo-prazo, mas...

Dados preliminares indicam que a dívida pública caiu para 84,8% do PIB em Setembro 2021, o que compara com um máximo histórico de 128,7% do PIB em 2020. Esta evolução mais favorável deve-se ao impacto dos superávits primários nos últimos anos, bem como a estabilização da taxa de câmbio do kwanza em 2021. Dito isto, continua a ser imperativo que as autoridades angolanas continuem a adoptar medidas para reduzir os níveis da dívida pública no sentido de atingir a meta de 60% do PIB no longo-prazo. Para atingir este objetivo, o déficit fiscal primário do sector não-petrolífero terá que manter-se, consistentemente, num nível igual ou inferior a 5,0% do PIB até 2025, o que, no caso do próximo ano, marcado por eleições gerais em Angola, a proposta do OGE 2022 já pressupõe que não vai acontecer.

PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (2022)

Projeções Macroeconómicas

A economia angolana mostrou alguns sinais de estabilização este ano depois dos impactos da pandemia da Covid-19 terem levado a uma contração sem precedentes no PIB real de 5,4% em 2020. Este foi o quinto ano consecutivo de recessão no país, com os sectores de petróleo e gás (-8,3%) e o não-petrolífero (-4,0%) a registarem uma queda em relação ao ano anterior. Especificamente, a actividade no setor de petróleo e gás foi impactada pela contínua queda na produção, enquanto os preços do petróleo estavam sob pressão devido à menor procura por petróleo resultante da recessão económica mundial. O sector não petrolífero foi, em grande parte, impactado pelas restrições impostas ao controle da disseminação da pandemia, que afectou principalmente a actividade nos setores de comércio e manufactureiro.

Entretanto, a melhoria na conjuntura económica do país em 2021 tem sido liderada por uma recuperação no sector não-petrolífero, uma vez que a actividade de petróleo e gás permanece bastante deprimida. O governo espera que o crescimento real do PIB de 5,2% no sector não-petrolífero reflecta principalmente uma contribuição positiva dos sectores de comércio e manufactureiro, bem como um melhor desempenho na agricultura e na pesca. Por outro lado, espera-se que o sector petrolífero contraia -10,6% em relação ao ano anterior, como resultado do impacto da persistente redução da produção de petróleo. Espera-se que esse impacto supere o efeito favorável dos preços do petróleo mais altos do que o esperado inicialmente no período. No geral, o governo prevê um crescimento real do PIB de 0,2% este ano, um pouco melhor do que a estimativa anterior de crescimento zero prevista no orçamento de 2021.

Estão previstas ocorrerem eleições gerais em Angola em 2022. A proposta do OGE apresentada pelo governo prevê que o crescimento económico acelere para 2,4% no próximo ano, já que tanto os sectores de petróleo e gás como o não-petrolífero devem ter uma contribuição positiva para o crescimento real do PIB. A ligeira recuperação da actividade no sector petrolífero deve reflectir uma melhoria na produção de petróleo e gás (mais detalhes abaixo), enquanto o crescimento previsto de 3,1% no sector não-petrolífero reflecte uma recuperação (ou melhoria) em todos os sectores económicos no período.

De notar a recuperação estimada de 2,4% no sector da construção civil (face a uma provável contração de -10,0% este ano), já que este é o terceiro maior sector da economia angolana, representando quase 9% do PIB. Segundo o governo, o aumento da actividade esperada na construção será devido ao número de projectos que serão implantados a partir do último trimestre de 2021, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção Nos Municípios, que visa aumentar a autonomia dos 164 municípios do país.

ACTIVIDADE ECONÓMICA							
	2017	2018	2019	2020	2021 (1)	2021 (2)	2022 (1)
Crescimento do PIB Real	-0.1%	-2.0%	-0.6%	-5.4%	0.0%	0.2%	2.4%
- Petróleo e Gás	-5.3%	-9.4%	-6.5%	-8.3%	-6.2%	-10.6%	1.6%
- Não-petrolífero	1.2%	-0.1%	2.4%	-4.0%	2.1%	5.2%	3.1%
Agricultura	1.4%	-2.0%	0.8%	5.6%	2.5%	4.6%	4.3%
Pescas	-1.1%	-17.1%	-14.8%	-1.3%	1.2%	33.0%	4.0%
Indústria Extractiva	-0.8%	-6.3%	8.5%	-12.3%	14.3%	-9.6%	10.0%
Indústria Transformadora	1.2%	4.8%	0.8%	-1.5%	1.9%	2.0%	5.0%
Construção	2.5%	0.4%	4.9%	1.1%	1.3%	-10.0%	2.4%
Energia	-1.7%	22.3%	5.4%	7.8%	5.0%	5.0%	4.0%
Retalho	1.5%	-0.2%	1.3%	-3.3%	1.8%	6.8%	2.3%
Outros	0.3%	2.2%	2.3%	-3.2%	0.0%	1.9%	1.5%

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Autoridades Angolanas.

A inflação acelerou acentuadamente para 25,1% em 2020 (face a 17,1% no ano anterior), interrompendo uma trajectória descendente registada desde 2016. O aumento dos preços do consumidor foi justificado principalmente pelos efeitos negativos da pandemia, ou seja, (1) o choque negativo na oferta causado pelas medidas de restrição face à Covid-19, (2) o aumento da liquidez causada pelas medidas implementadas pelo banco central e (3) preços mais elevados das commodities agrícolas nos mercados internacionais. A inflação também foi impactada pela implementação do IVA em diversos bens e pela deterioração dos direitos de importação sobre vários produtos incluídos na cesta básica de mercadorias.

As pressões inflacionistas permaneceram em 2021, apesar da estabilização do kwanza em relação ao dólar e ao euro, seguindo a tendência que tem sido testemunhada no resto do mundo.

A economia angolana estabilizou este ano após os impactos da pandemia terem agravado a recessão no país em 2020

A melhoria da situação económica em 2021 tem sido resultado da recuperação do sector não-petrolífero, uma vez que o sector petrolífero permanece bastante deprimido

O governo prevê um crescimento do PIB real de 2,4% em 2022

Em 2022, a actividade no sector da construção deverá recuperar após uma forte contração este ano

A inflação acelerou em 2020 e interrompeu a trajectória descendente registada desde 2016

As pressões inflacionistas permaneceram em 2021,

O aumento dos preços deve-se, em grande parte, ao (1) maior custo dos alimentos nos mercados internacionais, (2) à persistente restrição nas redes de distribuição e (3) às condições climáticas adversas. Em resultado disso, a inflação anual deverá chegar aos 26,8% este ano e só deverá começar a diminuir em 2022, onde o governo espera que ela fique em 18,0% até o final do ano.

segundo a tendência observada no resto do mundo

A proposta do OGE para 2022 pressupõe que o preço médio do petróleo atinga os US\$ 59 por barril, o que é inferior aos US\$ 67,5 esperados para este ano, mas significativamente superior aos US\$ 39 incluídos no orçamento de 2021. Importa salientar que o governo admite que esta seja uma previsão conservadora. O governo também prevê uma produção diária média de petróleo de 1,148 milhões de barris em 2022. Esta previsão é ligeiramente superior aos 1,130 milhões de barris estimados para este ano e reflecte o aumento da actividade nos blocos de petróleo 18, 2/05, 15/06 e 0, com este efeito a mais do que compensar a menor produção prevista nos blocos 15, 32, 31 e 17.

A proposta do OGE para 2022 assume um preço médio do crude de US\$ 59 e um ligeiro aumento da produção em relação ao ano anterior

INDICADORES ECONÓMICOS							
	2017	2018	2019	2020	2021 (1)	2021 (2)	2022 (1)
Inflação	23.7%	18.6%	17.1%	25.1%	18.7%	26.8%	18.0%
Produção de Diamantes (Milhares Carats)	8,964.1	9,433.9	9,121.5	7,910.0	9,141.0	7,182.3	10,055.0
Preço Médio do Diamante (US\$/Carat)	115.1	144.1	142.3	120.7	184.6	184.6	184.6
Produção Anual de Petróleo e GNL	722.6	658.2	638.7	580.7	558.7	542.9	553.2
Produção de Petróleo (MBbl)	597.6	539.8	504.8	463.9	445.3	412.6	419.0
Produção GNL (MBOE)	125.0	118.4	133.9	116.8	113.4	130.3	134.2
Produção Diária de Petróleo (Milhões bpd)	1.637	1.479	1.383	1.271	1.220	1.130	1.148
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)	53.9	70.6	65.2	41.3	39.0	67.5	59.0
Preço Médio do GNL (US\$/BOE)	29.0	47.9	29.2	24.4	26.7	26.7	33.0
PIB Nominal (AKZ mil milhões)	20,262.3	25,627.7	30,625.0	34,368.7	41,999.4	49,441.5	54,578.2
Petróleo	4,240.0	7,652.7	9,454.6	8,943.8	10,036.3	15,945.5	13,825.4
Não-petróleo	16,022.3	17,975.0	21,170.4	25,424.8	31,963.0	33,496.0	40,752.8

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Autoridades Angolanas.

Contas do Estado

A proposta do OGE para 2022 é de 18.745 mil milhões de AKZ, representando um aumento de 26,8% em relação à proposta inicial para 2021 e 11,2% acima do esperado pelo governo para este ano. A proposta pressupõe que o governo alcançará um superávit muito modesto de 1,5 mil milhões de AKZ (equivalente a 0,0% do PIB) em 2022, após um superávit orçamental de 3,0% do PIB esperado para este ano e um déficit de -2,3% do PIB assumido na proposta inicial. O governo também prevê um superávit primário equivalente a 5,5% do PIB, abaixo do superávit de 7,7% previsto para este ano (o orçamento de 2021 prevê um superávit de 4,3% do PIB).

A proposta do OGE assume um saldo orçamental equivalente a 0,0% do PIB depois de um superávit de 3,0% do PIB previsto para este ano

CONTAS DO ESTADO						Variação			
	AKZ Mil Milhões	2019 (1)	2020 (1)	2021 (2)	2021 (1)	2022 (2)	2021 (1) / 2020 (1)	2022 (2) / 2021 (2)	2022 (2) / 2021 (1)
Receitas	6,547	7,054	8,105	10,475	11,637	14.9%	48.5%	43.6%	11.1%
Receitas de Impostos	6,075	6,605	7,488	9,975	10,730	13.4%	51.0%	43.3%	7.6%
Receitas Petrolíferas	3,953	3,612	4,059	6,043	6,118	12.4%	67.3%	50.7%	1.2%
Receitas Não-Petrolíferas	2,122	2,993	3,428	3,933	4,612	14.5%	31.4%	34.5%	17.3%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	473	449	617	500	908	37.5%	11.2%	47.1%	81.7%
Despesas	6,364	7,700	9,087	8,992	11,636	18.0%	16.8%	28.1%	29.4%
Despesas Correntes	5,237	5,928	7,563	7,218	9,623	27.6%	21.8%	27.2%	33.3%
Remunerações	1,999	2,067	2,484	2,484	2,675	20.1%	20.1%	7.7%	7.7%
Bens e Serviços	844	966	1,382	1,512	2,392	43.1%	56.6%	73.0%	58.1%
Juros	1,794	2,300	2,802	2,328	3,021	21.8%	1.2%	7.8%	29.8%
Transferências	600	595	894	894	1,536	50.3%	50.3%	71.7%	71.7%
Despesas de Capital	1,127	1,772	1,524	1,774	2,013	-14.0%	0.1%	32.1%	13.5%
Saldo Primário	1,977	1,654	1,821	3,811	3,022	10.1%	130.4%	66.0%	-20.7%
Saldo Orçamental	183	-646	-982	1,483	1	52.1%	-	-	-99.9%
Saldo Primário Não-Petrolífero	-1,975	-1,958	-2,239	-2,232	-3,096	14.3%	14.0%	38.3%	38.7%
Saldo Orçamental Não-Petrolífero	-3,769	-4,258	-5,041	-4,560	-6,117	18.4%	7.1%	21.3%	34.1%

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial; (3) OGE Revisto. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Na proposta do OGE para 2022, o governo prevê que as receitas e as despesas totais atinjam 11.637 mil milhões de AKZ e 11.636 mil milhões de AKZ, respectivamente. Isso representa um aumento de 11,1% na receita e de 29,4% nas despesas relativamente aos valores esperados

Estima-se que as receitas cresçam 11,1% e as despesas 29,4% em relação aos valores previstos para

para 2021. Essas projeções também estão 43,6% e 28,1% acima dos números incluídos na proposta do OGE para 2021, respectivamente.

As receitas mais elevadas previstas para 2022 reflectem uma melhoria tanto nas receitas fiscais como das não fiscais. Em particular, espera-se que a receita tributária aumente 7,6% (quando comparada com as estimativas para este ano) graças a uma maior contribuição do sector não-petrolífero (17,3%), uma vez que os impostos do sector petrolífero devem registar um aumento relativamente modesto de 1,2% no período. No entanto, este último está 50,7% acima das projeções incluídas na proposta do OGE para 2021 devido ao preço muito maior do petróleo assumido no orçamento de 2022 (US\$ 59 contra US\$ 39), o que mais do que compensa o impacto da menor produção prevista para o período.

O governo prevê continuar a implementar diversas medidas para melhorar a sua fonte de receitas, incluindo aquelas relacionadas com a implementação de regras de IVA sobre diversas mercadorias e transações, bem como o aumento da tributação na exportação de alguns produtos nacionais (alimentos e medicamentos) e à importação de diversos bens. Essas medidas também incluem reformas estruturais já em vigor, incluindo (1) aquelas destinadas a melhorar a arrecadação de impostos, (2) a continuidade da implementação do actual programa de privatizações (PROPRIV) e (3) a contínua descentralização do poder para os municípios locais.

Em termos de despesas, o governo está a antecipar que as despesas correntes aumentem 33,3% e as despesas de capital avancem 13,5% em relação aos valores projectados para 2021. De salientar os fortes aumentos nos gastos em bens e serviços (58,1%), pagamentos de juros (29,8%) e transferências (71,7%) esperados para 2022. Estes estão principalmente relacionados com o impacto contínuo da pandemia na economia angolana, incluindo a necessidade de aumentar os gastos com o processo de vacinação em curso da população local e as medidas que o governo prevê continuar a implementar para proteger o emprego, apoiar as famílias e os trabalhadores, bem como empresas e o sector informal. Em termos de pagamento de juros, o aumento está relacionado com o fim da Iniciativa de Suspensão de Serviços de Dívida do G20 e do Paris Club, da qual Angola fez parte em 2020 e no segundo semestre de 2021.

O governo referiu que também espera continuar a realizar várias reformas em termos de gastos públicos durante 2022. Estes incluem (1) melhorar a gestão dos atrasados, (2) reformar várias empresas estatais e adaptá-las às melhores práticas internacionais em termos de direitos de propriedade, governança, prestação de contas, controle interno e auditoria e (3) implementar melhorias estruturais no processo de contratação do sector público, ou seja, impondo um ambiente mais competitivo e tornando o processo de contratação mais simples, mais robusto e mais transparente.

No geral, a proposta do OGE para 2022 prevê que as receitas e as despesas totais representem 21,3% do PIB (contra 21,2% e 18,2% do PIB esperados para este ano, respectivamente), com as receitas fiscais relacionadas com o sector petrolífero a atingirem 11,2%. Por outro lado, espera-se que as despesas correntes representem 17,6% do PIB (contra 14,6% do PIB este ano) após os maiores gastos com bens e serviços, juros e transferências.

este ano

As receitas deverão crescer em toda a linha, em particular as relacionadas com o sector não-petrolífero

O governo prevê continuar a implementar diversas medidas para melhorar a sua base de receitas

O aumento da despesa corrente também reflecte o impacto da pandemia da Covid-19, incluindo os gastos associados com o processo de vacinação da população e o apoio continuado às famílias, empresas e o fim das moratórias do serviço da dívida

O governo prevê continuar a implementar reformas para (1) melhorar a gestão dos atrasados, (2) reformar as empresas públicas e (3) melhorar a contratação pública

As receitas e as despesas deverão representar 21,3% do PIB

CONTAS DO ESTADO	% do PIB									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019 (1)	2020 (1)	2021 (2)	2021 (1)	2022 (2)
Receitas	35.3%	27.3%	17.4%	17.5%	22.9%	21.4%	20.5%	19.3%	21.2%	21.3%
Receitas de Impostos	32.9%	24.7%	15.6%	15.8%	21.1%	19.8%	19.2%	17.8%	20.2%	19.7%
Receitas Petrolíferas	23.8%	15.4%	8.2%	9.9%	14.5%	12.9%	10.5%	9.7%	12.2%	11.2%
Receitas Não-Petrolíferas	9.1%	9.3%	7.4%	5.9%	6.6%	6.9%	8.7%	8.2%	8.0%	8.4%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	2.4%	2.6%	1.8%	1.7%	1.8%	1.5%	1.3%	1.5%	1.0%	1.7%
Despesas	41.9%	30.6%	21.9%	23.8%	20.8%	20.8%	22.4%	21.6%	18.2%	21.3%
Despesas Correntes	29.4%	24.7%	18.0%	17.3%	16.1%	17.1%	17.2%	18.0%	14.6%	17.6%
Remunerações	10.6%	11.3%	8.4%	7.4%	6.0%	6.5%	6.0%	5.9%	5.0%	4.9%
Bens e Serviços	10.0%	6.4%	3.7%	4.1%	3.4%	2.8%	2.8%	3.3%	3.1%	4.4%
Juros	1.2%	2.0%	2.8%	3.3%	4.7%	5.9%	6.7%	6.7%	4.7%	5.5%
Transferências	7.6%	5.0%	3.1%	2.3%	1.9%	2.0%	1.7%	2.1%	1.8%	2.8%
Despesas de Capital	12.5%	6.0%	3.9%	6.5%	4.6%	3.7%	5.2%	3.6%	3.6%	3.7%
Saldo Primário	-5.4%	-1.3%	-1.7%	-3.0%	6.8%	6.5%	4.8%	4.3%	7.7%	5.5%
Saldo Orçamental	-6.6%	-3.3%	-4.5%	-6.3%	2.1%	0.6%	-1.9%	-2.3%	3.0%	0.0%
Saldo Primário Não-Petrolífero (3)	-44.6%	-21.8%	-12.2%	-16.3%	-10.9%	-9.3%	-7.7%	-7.0%	-6.7%	-7.6%
Saldo Orçamental Não-Petrolífero (3)	-46.4%	-24.4%	-15.7%	-20.5%	-17.7%	-17.8%	-16.7%	-15.8%	-13.6%	-15.0%

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial; (3) % do PIB não-petrolífero. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Estima-se que as receitas fiscais relacionadas com o petróleo continuem a representar a maior parte das receitas totais (52,6% do total) em 2022. Este valor está abaixo dos 57,7% projectados para este ano, mas acima dos 50,1% incluídos no orçamento de 2021. Isso deve-se, em parte, à menor previsão para o preço do petróleo na proposta do OGE para 2022 e ao impacto que se espera ter nas receitas fiscais do setor petrolífero. Por outro lado, prevê-se que a contribuição de receitas fiscais não-petrolíferas e as receitas não tributárias aumente em relação às previsões para este ano.

As receitas fiscais do sector petrolífero continuarão a representar a maior parte da receita

De salientar também a proporção de gastos públicos destinados ao pagamento de transferências em 2022. De facto, espera-se que o montante de transferências represente 13,2% das despesas totais, um valor significativamente maior do que os registados nos últimos anos, enquanto os gastos com os salários dos trabalhadores do sector público devem representar 23,0% das despesas totais.

As transferências deverão representar 13,2% do total das despesas, um valor que fica muito acima do registado nos últimos anos

CONTAS DO ESTADO	% do Total									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019 (1)	2020 (1)	2021 (2)	2021 (1)	2022 (2)
Receitas										
Receitas de Impostos (Petrolíferas)	67.5%	56.4%	47.3%	56.7%	63.4%	60.4%	51.2%	50.1%	57.7%	52.6%
Receitas de Impostos (Não-Petrolíferas)	25.6%	34.0%	42.3%	33.7%	28.9%	32.4%	42.4%	42.3%	37.5%	39.6%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	6.9%	9.6%	10.4%	9.6%	7.7%	7.2%	6.4%	7.6%	4.8%	7.8%
Total das Receitas	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Despesas										
Remunerações	25.3%	36.8%	38.3%	31.3%	28.9%	31.4%	26.8%	27.3%	27.6%	23.0%
Bens e Serviços	23.9%	20.9%	17.1%	17.4%	16.6%	13.3%	12.5%	15.2%	16.8%	20.6%
Juros	2.8%	6.6%	12.9%	14.0%	22.8%	28.2%	29.9%	30.8%	25.9%	26.0%
Transferências	18.2%	16.2%	14.0%	9.8%	9.3%	9.4%	7.7%	9.8%	9.9%	13.2%
Subsídios	12.8%	7.4%	4.4%	1.9%	1.6%	1.2%	0.6%	2.3%	2.3%	7.5%
Despesas de Capital	29.8%	19.5%	17.7%	27.4%	22.3%	17.7%	23.0%	16.8%	19.7%	17.3%
Total das Despesas	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Em termos de despesas por sector, o governo espera gastar 9.439 mil milhões de AKZ em 2022, se excluirmos os gastos com operações de dívida pública. Isto representa 35,0% a mais do que o previsto no orçamento de 2021 e resulta de maiores gastos em todos os sectores (social, económico, defesa, segurança e ordem social, bem como serviços públicos em geral). De notar que a amortização da dívida pública está prevista aumentar 19,4% no período e representar 49,6% do total das despesas orçamentadas (contra 52,7% do total projectado no orçamento de 2021).

O total de despesas (excluindo operações de dívida pública) deverão aumentar 35,0%

Conforme detalhado na tabela abaixo, estima-se que os gastos previstos com o sector social fiquem 28,2% acima do orçamento de 2021, em resultado de um forte aumento dos gastos com habitação e educação. Espera-se que o sector social continue a ser (de longe) o mais relevante em termos de despesas, representando 38,1% das despesas primárias (excluindo operações da dívida pública) e 19,2% das despesas totais.

O sector social continuará a representar a maior fatia das despesas

DESPEAS POR SECTOR	Variação		% Total Desp. (1)		% Total Desp.		% do PIB		
	2021	2022	2022 / 2021	2021	2022	2021	2022	2021	2022
AKZ Mil Milhões									
Sector Social	2,806	3,597	28.2%	40.1%	38.1%	19.0%	19.2%	6.7%	6.6%
Educação	1,023	1,242	21.4%	14.6%	13.2%	6.9%	6.6%	2.4%	2.3%
Saúde	851	924	8.5%	12.2%	9.8%	5.8%	4.9%	2.0%	1.7%
Protecção Social	561	655	16.7%	8.0%	6.9%	3.8%	3.5%	1.3%	1.2%
Habitação	314	706	124.7%	4.5%	7.5%	2.1%	3.8%	0.7%	1.3%
Outros	56	71	26.4%	0.8%	0.8%	0.4%	0.4%	0.1%	0.1%
Sector Económico	1,079	1,380	28.0%	15.4%	14.6%	7.3%	7.4%	2.6%	2.5%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça	274	324	18.3%	3.9%	3.4%	1.9%	1.7%	0.7%	0.6%
Transportes	318	509	59.8%	4.6%	5.4%	2.2%	2.7%	0.8%	0.9%
Combustíveis e Energia	402	416	3.4%	5.8%	4.4%	2.7%	2.2%	1.0%	0.8%
Indústria Extractiva, Transformadora e Construção	34	68	98.2%	0.5%	0.7%	0.2%	0.4%	0.1%	0.1%
Assuntos Económicos Gerais, Comerciais e Laborais	32	37	15.7%	0.5%	0.4%	0.2%	0.2%	0.1%	0.1%
Outros	18	27	49.7%	0.3%	0.3%	0.1%	0.1%	0.0%	0.0%
Defesa, Segurança e Ordem Social	1,336	1,578	18.1%	19.1%	16.7%	9.0%	8.4%	3.2%	2.9%
Defesa	627	790	26.0%	9.0%	8.4%	4.2%	4.2%	1.5%	1.4%
Segurança e Ordem Pública	709	788	11.2%	10.1%	8.4%	4.8%	4.2%	1.7%	1.4%
Serviços Públicos Gerais e Outros	1,769	2,883	62.9%	25.3%	30.5%	12.0%	15.4%	4.2%	5.3%
Total Despesas (Ex. Operações Dívida Pública)	6,990	9,439	35.0%	100.0%	100.0%	47.3%	50.4%	16.6%	17.3%
Operações de Dívida Pública	7,796	9,307	19.4%			52.7%	49.6%	18.6%	17.1%
Doméstica	4,053	5,335	31.6%			27.4%	28.5%	9.6%	9.8%
Estrangeira	3,743	3,972	6.1%			25.3%	21.2%	8.9%	7.3%
Total das Despesas	14,785	18,745	26.8%			100.0%	100.0%	35.2%	34.3%

(1) Excluindo Operações Dívida Pública. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Os maiores gastos no sector económico (28,0%) reflectem um aumento acentuado nos gastos com transportes e com a indústria extractiva, manufactureira e construção, com o sector a representar 14,6% das despesas primárias e 7,4% das despesas totais. As despesas em defesa, segurança e ordem social devem aumentar 18,1%, enquanto os gastos com serviços públicos gerais registam um aumento de 62,9%. Espera-se que esses sectores representem 16,7% e 30,5% das despesas primárias, respectivamente.

Os gastos em defesa, segurança e ordem social deverão aumentar 18,1%

A maior receita corrente projectada para 2022 relativamente ao orçamento deste ano (43,6%) significa que o governo espera financiar o seu orçamento mais uma vez confiando relativamente mais nas receitas públicas, principalmente impostos (57,2% do total), em vez do financiamento através da emissão de dívida. O montante projectado de financiamento da dívida ainda deverá aumentar, porém, subindo 11,3% para os 6.884 mil milhões de AKZ e representar 36,7% do total de receitas (contra 41,8% anteriormente). Em particular, o financiamento através de dívida no mercado interno deverá ficar 39,2% acima do orçamento de 2021, enquanto o financiamento no exterior deverá ter uma queda de -4,1%.

O governo continuará a recorrer maioritariamente a receitas fiscais para financiar o OGE de 2022

O governo também espera ver um aumento de 7,8% no pagamento dos juros da dívida e de 30,8% na amortização da dívida em relação ao orçamento de 2021 e que estes representem 16,1% e 34,8% das despesas totais, respectivamente. Por outras palavras, mais de metade das despesas deverão ser destinadas ao pagamento do serviço da dívida (amortização da dívida mais juros). O governo também prevê gastar mais com os salários dos funcionários do sector público e significativamente mais em bens e serviços, bem como em transferências.

O total de amortização de dívida (juros mais capital) deverá representar mais de 50% do total da despesa

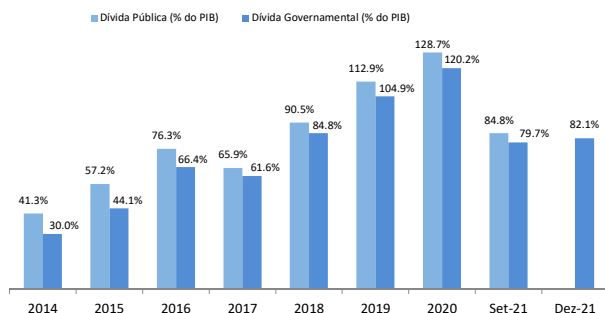
FINANCIAMENTO DO OGE	AKZ Mil Milhões			Variação		% do Total			% do PIB			
	2021 (1)	2021 (2)	2022 (1)	2022(1) / 2021(1)	2022(1) / 2021(2)	2021 (1)	2021 (2)	2022 (1)	2021 (1)	2021 (2)	2022 (1)	
Receitas												
Receitas Fiscais	8,105	10,475	11,637	43.6%	11.1%	54.8%	62.1%	62.1%	19.3%	21.2%	21.3%	
Impostos	7,488	9,975	10,730	43.3%	7.6%	50.6%	59.1%	57.2%	17.8%	20.2%	19.7%	
Sector Petrolífero	4,059	6,043	6,118	50.7%	1.2%	27.5%	35.8%	32.6%	9.7%	12.2%	11.2%	
Sector Não-Petrolífero	3,428	3,933	4,612	34.5%	17.3%	23.2%	23.3%	24.6%	8.2%	7.3%	8.4%	
Contribuições Sociais	328	328	336	2.3%	2.3%	2.2%	1.9%	1.8%	0.8%	0.7%	0.6%	
Outros	289	172	572	97.8%	233.3%	2.0%	1.0%	3.1%	0.7%	0.3%	1.0%	
Venda de Activos	156	13	224	44.0%	1623.8%	1.1%	0.1%	1.2%	0.4%	0.0%	0.4%	
Financiamento	6,187	6,187	6,884	11.3%	11.3%	41.8%	36.7%	36.7%	14.7%	12.5%	12.6%	
Doméstico	2,191	3,760	3,050	39.2%	-18.9%	14.8%	22.3%	16.3%	5.2%	7.6%	5.6%	
Internacional	3,996	2,426	3,834	-4.1%	58.0%	27.0%	14.4%	20.5%	9.5%	4.9%	7.0%	
Fundo Soberano	0	190	0	-	-100.0%	0.0%	1.1%	0.0%	0.0%	0.4%	0.0%	
Reserva do Tesouro	338	0	0	-100.0%	-	2.3%	0.0%	0.0%	0.8%	0.0%	0.0%	
Total das Receitas	14,785	16,865	18,745	26.8%	11.2%	100.0%	100.0%	100.0%	35.2%	34.1%	34.3%	
Despesas												
Remunerações	2,484	2,484	2,675	7.7%	7.7%	16.8%	14.7%	14.3%	5.9%	5.0%	4.9%	
Salários	2,362	2,362	2,520	6.7%	6.7%	16.0%	14.0%	13.4%	5.6%	4.8%	4.6%	
Bens e Serviços	1,382	1,512	2,392	73.0%	58.1%	9.3%	9.0%	12.8%	3.3%	3.1%	4.4%	
Juros	2,802	2,328	3,021	7.8%	29.8%	19.0%	13.8%	16.1%	6.7%	4.7%	5.5%	
Intemos	1,670	1,108	1,753	5.0%	58.3%	11.3%	6.6%	9.4%	4.0%	2.2%	3.2%	
Extemos	1,132	1,220	1,268	11.9%	3.9%	7.7%	7.2%	6.8%	2.7%	2.5%	2.3%	
Transferências	894	894	1,536	71.7%	71.7%	6.0%	5.3%	8.2%	2.1%	1.8%	2.8%	
Subsídios	210	210	873	316.0%	316.0%	1.4%	1.2%	4.7%	0.5%	0.4%	1.6%	
Acquisição de Activos Não-Fin.	1,524	1,774	2,013	32.1%	13.5%	10.3%	10.5%	10.7%	3.6%	3.6%	3.7%	
Amortização da Dívida	4,995	5,089	6,533	30.8%	28.4%	33.8%	30.2%	34.8%	11.9%	10.3%	12.0%	
Interna	2,921	3,477	4,314	47.7%	24.1%	19.8%	20.6%	23.0%	7.0%	7.0%	7.9%	
Externa	2,074	1,613	2,218	7.0%	37.6%	14.0%	9.6%	11.8%	4.9%	3.3%	4.1%	
Outros Investimentos Financeiros	704	365	577	-18.0%	57.9%	4.8%	2.2%	3.1%	1.7%	0.7%	1.1%	
Operações do Tesouro	0	2,419	0	-	-100.0%	0.0%	14.3%	0.0%	0.0%	4.9%	0.0%	
Total das Despesas	14,785	16,865	18,745	26.8%	11.2%	100.0%	100.0%	100.0%	35.2%	34.1%	34.3%	

(1) OGE Inicial, (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

Entretanto, segundo dados preliminares, a dívida pública de Angola caiu para 84,8% do PIB em Setembro de 2021, enquanto a dívida governamental ficou-se em 79,7% do PIB. Estes valores comparam com máximos históricos de 128,7% e 120,2% do PIB, respectivamente, em 2020. A previsão é que a dívida governamental atinga 82,1% do PIB até ao final de 2021, o que significa que a dívida pública total deva atingir cerca de 87,5% no mesmo período. Esta evolução mais favorável nos níveis da dívida pública deve-se ao impacto dos superávits primários registados nos últimos anos, bem como à estabilização da taxa de câmbio kwanza em 2021. Relembre-se que cerca de dois terços da dívida pública do país é dívida externa e, em resultado disso, está denominada em moeda estrangeira.

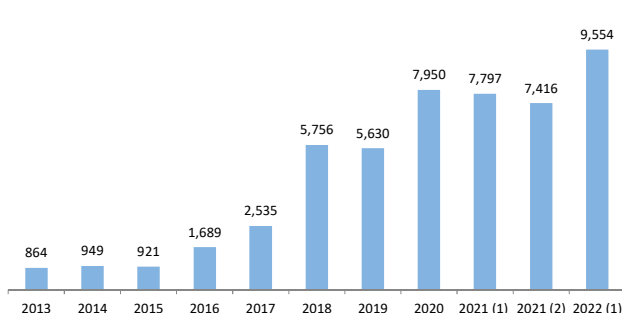
A dívida pública tem caído em 2021 depois de atingir um nível historicamente elevado de 128,7% em 2020

DÍVIDA PÚBLICA E DÍVIDA GOVERNAMENTAL (% DO PIB)



Fonte: Autoridades Angolanas.

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA (AKZ MIL MILHÕES)



(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Autoridades Angolanas.

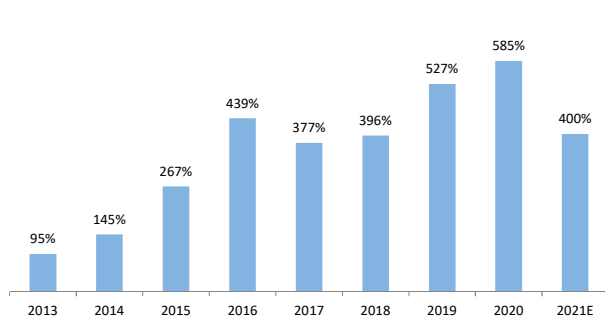
Algumas métricas mostram claramente a maior carga sobre os níveis da dívida pública nos últimos anos. Por exemplo, segundo os nossos cálculos, o rácio entre a dívida pública e o nível de receitas e o rácio entre o pagamento de juros e as receitas atingiram 585% e 32,6%, respectivamente, em 2020. Esses rácios devem diminuir este ano, mas permanecer ainda em níveis historicamente altos.

Algumas métricas mostram claramente a maior carga sobre os níveis da dívida pública angolana nos últimos anos

Isso torna imperativo que as autoridades angolanas continuem a adoptar medidas para inverter a recente trajetória ascendente nos níveis da dívida pública. Por essa razão, o governo reiterou o seu compromisso de continuar a implementar medidas de consolidação orçamental, visando reduzir a dívida pública para 60% do PIB no longo-prazo. Para atingir esse objetivo, o défice primário do sector não-petrolífero terá de permanecer consistentemente num nível igual ou inferior a 5,0% do PIB até 2025.

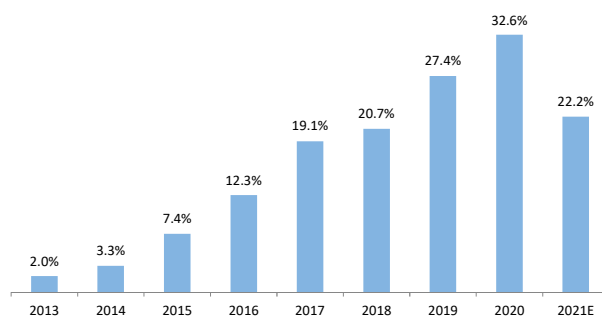
O governo continua comprometido em reduzir gradualmente a dívida pública para 60% do PIB no longo-prazo

DÍVIDA PÚBLICA (% DAS RECEITAS)



Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

PAGAMENTO DE JUROS (% DAS RECEITAS)



Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Disclaimer

This document has been prepared by Eaglestone Advisory Limited which is authorised and regulated by the Financial Conduct Authority of the United Kingdom and its affiliates ("Eaglestone"), and is provided for information purposes only.

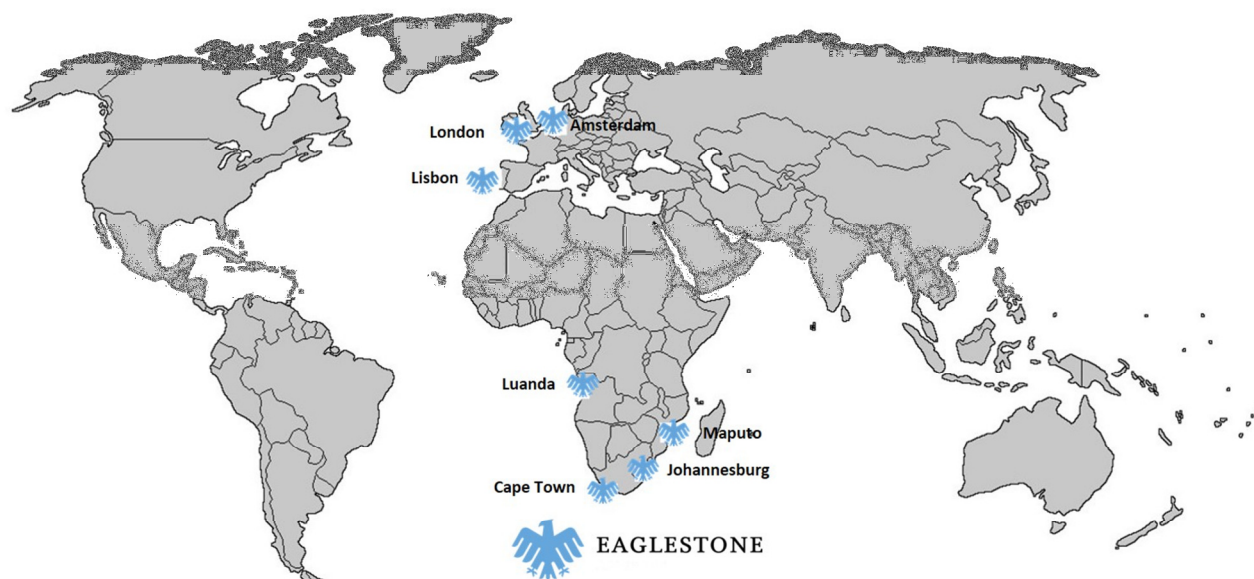
The information and opinions in this document are published for the assistance of the recipients, are for information purposes only, and have been compiled by Eaglestone in good faith using sources of public information considered reliable. Although all reasonable care has been taken to ensure that the information contained herein is not untrue or misleading we make no representation regarding its accuracy or completeness, it should not be relied upon as authoritative or definitive, and should not be taken into account in the exercise of judgments by any recipient. Accordingly, with the exception of information about Eaglestone, Eaglestone makes no representation as to the accuracy or completeness of such information.

This document does not have regard to specific investment objectives, financial situation and the particular needs of any specific recipient. Recipients should seek financial advice regarding the appropriateness of investment strategies discussed or recommended in this document and should understand that the statements regarding future prospects may not be realised. Unless otherwise stated, all views (including estimates, forecasts, assumptions or perspectives) herein contained are solely expression Eaglestone's research department.

This document must not be considered as an offer to sell or a solicitation to buy any investment instrument and distribution of this document does not oblige Eaglestone to enter into any transaction. Nothing in this document constitutes investment, legal, tax or accounting advice. The opinions expressed herein reflect Eaglestone's point of view as of the date of its publication and may be subject to change without prior notice

This document is intended for is made to and directed at (i) existing clients of Eaglestone and/or (ii) persons who would be classified as a professional client or eligible counterparty under the FCA Handbook of Rules and Guidance if taken on as clients by Eaglestone and/or (iii) persons who would come within Article 19 (investment professionals) or Article 49 (high net worth companies, trusts and associations) of the Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotions) Order 2001 and/or (iv) persons to whom this communication could otherwise be lawfully made in the United Kingdom or by respective home jurisdictions regulators for non UK countries. None of the investments or investment services mentioned or described herein are available to "private customers" as defined by the rules of the Financial Conduct Authority ("FCA"). It should not be disclosed to retail clients (or equivalent) and should not be distributed to others or replicated without the consent of Eaglestone. Eaglestone name and the eagle logo are registered trademarks.

Additional information is available upon request.



AMSTERDAM - Herengracht 450-454 1017 CA - T: +31 20 240 31 60

CAPE TOWN - 22 Kildare Road Newlands 7700 - T: +27 21 674 0304

JOHANNESBURG -Unit 4, Upper Ground, Katherine & West 114 West Street, Sandton – T: +27 11 326 6644

LISBON - Av. da Liberdade, 105, 3rd Floor - T: +351 21 121 44 00

LONDON - 2 Portman Street T: +44 20 7038 6200

LUANDA - Rua Marechal Brós Tito n° 35/37 - 13th Floor A - Kinaxixi, Ingombotas - T: +244 222 441 362

MAPUTO – Rua Lucas Elias Kumato No. 283 - T: +258 21 342 811

Disclosures

Eaglestone was founded in December 2011 with the aim to be a committed partner for the development of businesses located primarily in Sub-Saharan Africa and to support the development of renewable energy projects on a global basis.

The company has three business activities - financial advisory services, asset management and brokerage - and currently has offices in Amsterdam, Cape Town, London, Lisbon, Luanda and Maputo

Eaglestone is committed to operating and behaving according to the highest standards of corporate governance. Its subsidiary in the United Kingdom is authorized and regulated by the Financial Conduct Authority.

Eaglestone operates with a clear vision and mission to act on behalf of and in the best interests of all its stakeholders, whether they are investors, employees or users of its services.

EAGLESTONE SECURITIES

Research

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu